

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA ATÉ A DÉCADA DE TRINTA: ORIGEM E INFLUÊNCIAS

LA UNIVERSIDAD BRASILEÑA HASTA LA DÉCADA DE LOS TREINTA: ORIGEN E INFLUENCIAS

THE BRAZILIAN UNIVERSITY UNTIL THE THIRTIES: ORIGIN AND INFLUENCES

Adrian Alvarez Estrada*

adrianalvarez.estrada@gmail.com

Ivone Meznik*

ivomez87@yahoo.com.br

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil

Resumo

Neste artigo refletimos sobre a origem da universidade no Brasil e a influência de modelos estrangeiros no processo de sua criação e na efetivação de algumas características do ensino superior brasileiro que persistem até os dias de hoje. Com este estudo, não temos a pretensão apresentar toda a história de construção da universidade brasileira, mas oferecer uma contribuição para a compreensão de alguns aspectos históricos desta instituição. Trata-se de uma pesquisa teórica fundamentada em autores que também julgam importante a necessidade de pensar e repensar os fundamentos da universidade no Brasil.

Palavras-chave: universidade, aspectos históricos, Brasil.

Resumen

En este artículo reflexionamos sobre el origen de la universidad en Brasil y la influencia de modelos extranjeros en el proceso de su creación y en la efectividad de algunas características de la enseñanza superior brasileña que persisten hasta los días de hoy. Con este estudio, no tenemos la pretensión de presentar toda la historia de construcción de la universidad brasileña, sino ofrecer una contribución para la comprensión de algunos aspectos históricos de esta institución. Se trata de una investigación teórica basada en autores que también consideran importante la necesidad de pensar y repensar los fundamentos de la universidad en Brasil.

Palabras clave: Universidad, aspectos históricos, Brasil.

Abstract

In this article we reflect on the origin of the university in Brazil and the influence of foreign models in the process of its creation and effectiveness of some characteristics of Brazilian higher education that persist to this day. With this study, we do not intend to present the history of construction of the Brazilian university, but offer a contribution to the understanding of some aspects of this historic institution. It is a theoretical research based on authors who also deem important the need to think and rethink the foundations of the university in Brazil.

Keywords: university, historical aspects, Brazil.

1. Origem e influências

O objetivo deste artigo é refletir sobre a origem da Universidade no Brasil, com vistas a verificar a influência de modelos estrangeiros no processo de sua criação, bem como na efetivação de algumas características do ensino superior brasileiro que persistem até os dias atuais. O recorte temporal escolhido (até a década de 30 do século passado) justifica-se pelo fato de que nesse período houve a intensificação das discussões em torno dos problemas referentes à formação de universidades no Brasil. Estas discussões se tornam mais expressivas perante a atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE)¹ e da Academia Brasileira de Ciências (ABC)² (FÁVERO, 2006).

O contexto brasileiro na década de 1920 foi permeado por iniciativas de movimentos históricos que se concretizam na década de 1930. A sociedade brasileira passava por um processo lento, mas seguro de reorganização: “a urbanização, associada a um lento processo de industrialização, anunciava profundas transformações sociais que a revolução de 30 intensificou” (REIS FILHO, 1981, p. 198). A partir daí, ocorrem importantes fatos como a fundação do Partido Comunista, a revolta do Forte de Copacabana, a Semana de Arte Moderna, o centenário dos Cursos Jurídicos, a introdução do movimento da Escola Nova, entre outros.

Como metodologia utilizamos a análise documental, partindo do escopo do texto e das legislações pertinentes, cotejando com a bibliografia especializada para chegarmos a apresentação dos resultados obtidos com o desenvolvimento do artigo. Com este estudo, não temos a pretensão apresentar toda a história de construção da universidade brasileira, mas oferecer uma contribuição para a compreensão de alguns aspectos históricos desta instituição.

As primeiras universidades foram criadas nos séculos XII e XIII, no período da Idade Média em diversos pontos da Europa. Dentre elas, em 1190 foi criada a Universidade de Bolonha, em 1214

-
- 1 A ABE surge na década de 20, um período da história cheio de grandes e graves apreensões, reunindo personalidades ilustres e cultas, com o propósito de avaliar suas responsabilidades e deveres em relação aos grandes problemas nacionais. Concebida como entidade pedagógica e cultural, a ABE reúne uma pluralidade de profissões, entre professores, intelectuais e todas as pessoas interessadas na educação e na cultura. Nunca foi e nem é uma instituição de classe. Aprimorar a capacitação dos mestres de todos os níveis de ensino, para assegurar-lhes melhor rendimento de trabalho, é o caminho escolhido para dignificar tanto a profissão quanto os educadores e, em consequência, trabalhar em prol do aprimoramento da educação brasileira. Informações disponíveis em http://www.abe1924.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=27.
- 2 Fundada em 3 de maio de 1916 por um grupo de professores da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, então capital da República. Tinha como objetivos estimular a continuidade do trabalho científico de seus membros, o desenvolvimento da pesquisa brasileira e a difusão do conceito de ciência como fator fundamental do desenvolvimento tecnológico do país. Informações disponíveis em http://www.abc.org.br/article.php?id_article=4.

a Universidade de Oxford e em 1215 a Universidade de Paris (PAULA 2009). A estruturação dessas universidades ocorreu num contexto em que a Igreja detinha o poder. Os governantes eram dominados pelos pressupostos religiosos, seja por interesses próprios ou por estarem atrelados às crenças constituídas no âmbito da religião.

Assim, de uma forma ou de outra, tornavam-se dependentes dos representantes da Igreja, ou seja, do chefe religioso local ou do Papa. Da mesma forma, também no contexto social, não havia liberdade individual ou política para as pessoas participarem da escolha de seus governantes, prevalecendo o autoritarismo que conduzia a vida dessas pessoas na sociedade (SANTOS FILHO, 2000, p. 18).

No Brasil, houve várias tentativas de criação de universidades. Fávero (2000) discorre sobre as dificuldades para esse processo devido à resistência por parte de Portugal que se embasava numa política de colonização, assim como “por parte de brasileiros, não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero no país” (p. 17).

Cunha (2007) ressalta que um argumento bastante utilizado é o de que Portugal não apoiava a criação de instituições de ensino superior no Brasil no intuito de manter a colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes. Para amenizar a situação, até concedia bolsas para brasileiros que iam estudar em Coimbra, mas não queria que esses estudos fossem realizados no Brasil. Outro fator que impedia a criação de Universidades no Brasil, diz respeito aos ideais positivistas, que julgava ser possível influenciar os sujeitos de modo que se voltassem contra a colônia.

Diante disso, o ensino universitário ficava restrito a um pequeno grupo da elite que dispunha de condições para dar sequência aos estudos em outras universidades européias, sendo que a maioria buscava pela Universidade de Coimbra. Desta forma, “não seria exagero inferir que Portugal exerceu, até o fim do Primeiro Reinado, grande influência na formação de nossas elites” (FÁVERO, idem, p. 18). Tanto é assim que mesmo os cursos de Artes dos colégios do Brasil colônia, além de seguirem o mesmo plano pedagógico utilizado pelos jesuítas na Europa, também reproduziam os protocolos das universidades européias. Cunha nos lembra que “o primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia, sede do governo geral, em 1500. Em 1553 começou a funcionar o curso de Humanidades, e, em 1572, os cursos de Artes e Teologia” (idem, p. 31).

Por volta da metade do século XIX surgem os modelos de ensino superior francês e alemão. Para Ribeiro (1978) nos quarenta anos após a reforma napoleônica, ocorreu na França um período de

crescimento intelectual e científico. Se fez presente a preocupação com um *novo humanismo* instituído na ciência e comprometido com questões de ordem nacional. Essa nova forma de pensar o saber científico e tecnológico, tinha como base a revolução industrial. A partir daí a universidade passou a ser organizada “por uma burocracia racional, seletiva e impessoal, com seus defeitos de formalismo e rotina que fariam cada vez mais difícil manter e incentivar a criatividade cultural” (p. 52).

Ribeiro menciona que somente com a Terceira República, em 1896, é que se reorganizaram algumas escolas isoladas, onde inicialmente constituíram-se um *Corpus* de faculdades autárquicas e após com o nome de *Universidade* – uma federação de unidades independentes. Foram separadas do conjunto a Escola Politécnica (ênfase na formação técnica), a Escola Normal Superior (voltada à formação de professores), o Colégio de França, o Instituto e o Museu de História Natural, aos quais posteriormente se juntariam o Museu do Homem e o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). Dentre as características da estrutura universitária na França, além do *burocracialismo*, Ribeiro destaca ainda a “incapacidade de para integrar os sistemas universitários de ensino e pesquisa” (p. 55).

Na Alemanha, o processo de desenvolvimento industrial ocorreu mais tarde, devido ao fato desta nação procurar manter-se independente e autônoma, já que a Inglaterra e a França como pioneiras da revolução industrial tinham se organizado de maneira que o mundo ficasse a serviço de seus interesses. Desta forma, as autoridades alemãs apoiaram filósofos como Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt como idealizadores do modelo de universidade alemã. Assim, “criou-se, em 1810, uma nova universidade, com base em concepções filosóficas trazidas para um debate induzido pelo próprio Estado” (CUNHA, 1988, p. 14).

No entanto, Ribeiro lembra que esses filósofos não foram apoiados por seus pensamentos acadêmicos, “mas por apresentarem a imagem de uma Alemanha autônoma, nacionalista, reivindicadora” (idem, p. 60). Porém, apesar disso, devido à influência dos mesmos, a universidade alemã não seguiu os padrões napoleônicos que embasaram a universidade na França. Alguns desses filósofos fizeram parte também da gestão da nova universidade, como Humboldt que foi o primeiro reitor e criador da Universidade de Berlim, Fichte foi o segundo diretor da faculdade de filosofia e Schleiermacher como diretor da faculdade de teologia.

Cunha ainda aborda uma questão muito interessante quando coloca que esses filósofos não tinham a mesma ideia de universidade. “Para uns, essa ideia implicava na manifestação diversa do saber uno; para outros, na totalização sistemática do saber diverso” (idem, 1988, p. 14). De

acordo com a concepção abraçada é que surge a universidade com característica liberal ou autoritária.

Isso fica claro nos pensamentos de Schleiermacher e Fichte. Enquanto o primeiro segue uma orientação liberal, na qual apresenta como proposta uma relação imperceptível entre universidade e Estado, que se reduz praticamente à manutenção econômica da instituição, porém, sem interferência nos programas e métodos; o segundo, por sua vez, entendia que a universidade deveria se realizar de maneira totalitária, isto é, cada professor teria a posse de uma matéria e os alunos deveriam seguir um esquema severo de disciplina, respeitando sempre a hierarquia. As propostas de Fichte tinham como base alguns princípios, como o de *economia* (racionalização dos meios em relação aos fins, supressão das repetições e dos desperdícios); de *utilidade* (o saber como aplicação prática); de *estruturação do múltiplo* (discriminação dos elementos e sua disposição uns em relação aos outros).

Cunha aponta a França como principal referência cultural das classes dominantes portuguesas e brasileiras, assim como, grande influenciadora na organização do ensino superior no Brasil. Vejamos o que fala o autor:

Talvez a primeira e principal ideia francesa adotada no ensino superior, desde a estada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, tenha sido a recusa da criação de uma universidade, fundando-se escolas isoladas. Anísio Teixeira sugeriu que essa recusa deu-se à luta dos enciclopedistas contra a Universidade de Paris, controlada pelos agentes das ideologias reacionárias. Essa posição teria sido assumida por muitos dirigentes do Estado, no Brasil, fazendo que a Assembléia Geral Legislativa não aprovasse 42 projetos de criação de uma universidade em todo o período imperial (idem, 2007, p. 124).

O autor segue afirmando que, antes mesmo da criação da universidade do Rio de Janeiro na década de 20, muitas propostas que visavam a criação de universidades eram baseadas nos modelos franceses. As escolas superiores, ainda em 1808, já apresentavam currículos nos moldes franceses e mesmo os livros didáticos eram originários da França. Um exemplo apresentado por Cunha foi a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875 e que, segundo o autor:

Foi erigida segundo a imagem da Escola de Minas de Saint- Etienne. A um fato curioso que mostra como a transplantação da escola francesa para Minas Gerais foi feita sem levar em conta até mesmo as questões climáticas. Parece ser uma prática corrente os sistemas de ensino preverem para o verão o período mais longo (senão o único) de férias escolares. Assim, os estudantes brasileiros tinham férias, já naquela época, e desde os primeiros tempos dos colégios dos jesuítas, nos meses situados no entorno de janeiro. Os franceses, ao contrário, no entorno de julho. Pois bem, os estatutos da Escola de Minas de Ouro Preto determinavam que as férias começassem a 15 de julho e terminassem a 15 de agosto, como na França. Só que em Minas Gerais era inverno... (idem, 2007, p.125).

Verifica-se que a criação desta escola não levou em consideração as condições brasileiras. No momento de sua elaboração não houve a preocupação com questões básicas, mas de fundamental importância, como a diferença de clima.

Em 19 de novembro de 1911 a Universidade de São Paulo (USP) foi fundada oferecendo ensino a todos os graus. Mas foi em 23 de março de 1912 que essa universidade foi solenemente inaugurada. Neste mesmo ano, as aulas foram iniciadas com 70 alunos no curso de Belas-artes, 16 no curso de Comércio, 59 no curso de Farmácia, 58 em Medicina e Cirurgia, 91 em Odontologia, 46 em Engenharia e 126 em Direito. “No período de 1913-16, a Universidade de São Paulo diplomou 132 cirurgiões-dentistas, 14 bacharéis em Direito, quatro farmacêuticos, quatro engenheiros e seis doutores em Medicina e Cirurgia” (CUNHA, 2007, p. 181). A universidade de São Paulo permaneceu ativa até por volta de 1917 e, “ao contrário das demais universidades passageiras, dela não restou uma só escola superior que servisse de núcleo de outra universidade futura” (idem, p. 185). É importante frisar que até o período de 1917 a Universidade de São Paulo era uma instituição de caráter privado, que não teve nenhuma conexão com a futura USP, que foi criada somente em 1934.

Cunha (2007) cita também a criação de outras universidades provisórias como a de Manaus, surgida em 1909 e extinta em 1926, dividindo-se em três estabelecimentos isolados³, e a do Paraná, criada em 1912 e extinta em 1915, não sobrevivendo à Reforma Carlos Maximiliano⁴. Para o autor, essas tentativas, mesmo sem sucesso, contribuíram para que o governo da União passasse a controlar a iniciativa de fundar a universidade e as condições para o surgimento desta instituição foram criadas.

Entre tantos fracassos nas tentativas de criação de uma universidade no Brasil, somente no século XX, no ano de 1920, é que oficialmente a primeira universidade se formou no Rio de Janeiro. Assim, “no significativo dia 7 de setembro de 1920, o decreto 14.343, elaborado pelo ministro do Interior, Alfredo Pinto, e promulgado pelo presidente da República determinou a criação da

3 De acordo com Cunha (2007), a Faculdade de Engenharia só conseguiu desenvolver o curso de Agrimensura a qual deu origem à Escola de Agronomia de Manaus que foi extinta em 1943; a de Medicina, da qual se formaram a Faculdade de Farmácia e Odontologia, não sendo possível a implantação do curso médico, extinta em 1944 e apenas a Faculdade de Direito é que teve sucesso, sendo federalizada em 1949 quando se incorporou à Universidade do Amazonas em 1962, mas com sua instalação somente em 1965.

4 Reforma Carlos Maximiliano (1915) determinou o cancelamento das alterações da Reforma Rivadávia Correa (1911). Dificultava-se o acesso ao ensino superior, condicionando à apresentação do Certificado de conclusão do curso secundário. Criou-se exames de vestibular aos cursos superiores. Foram reinstituídos os exames preparatórios parcelados, pelos quais os estudantes não matriculados em escolas oficiais poderiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União. (FGV, s/d)

Universidade do Rio de Janeiro” (CUNHA, idem, p. 190). Nesta mesma década, em 1927, também foi criada a universidade de Minas Gerais.

Paula (2002 e 2009) faz uma relação das características e concepções das universidades alemã e francesa que, segundo a autora, influenciaram de modo significativo a concepção e a estrutura do ensino superior brasileiro, principalmente no que se refere à fundação das universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Aponta que a universidade do Rio de Janeiro sofreu maior influência francesa em sua origem do que a universidade de São Paulo. Isso se evidencia no modelo de universidade napoleônico voltado para escolas isoladas de caráter profissionalizante, modelo no qual não havia integração entre ensino e pesquisa e apresentava grande centralização estatal. Características estas, que também embasaram a organização da universidade do Rio de Janeiro. No Brasil, a centralização do ensino superior e a forte atuação do Estado no controle tiveram início com a Reforma do Ensino Superior Francisco Campos e com a instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931.

A separação entre as escolas francesas que priorizavam a formação técnica para as massas e as escolas voltadas para a pesquisa científica restrita à formação da elite apresentada anteriormente por Ribeiro é outra semelhança que Paula destaca quando diz que:

Fato semelhante ocorrerá no Rio de Janeiro, quando das primeiras décadas de funcionamento da Universidade do Rio de Janeiro, constituída de faculdades profissionalizantes, que tinham como enfoque o ensino e não a pesquisa. Paralelamente, nas décadas de 30, 40 e 50, assistimos à proliferação de institutos extra-universitários ou para-universitários de pesquisa na então Capital do país, com acentuada dissociação entre ensino universitário e pesquisa científica (idem, 2009, p. 73).

Uma das explicações para essa dissociação entre ensino e pesquisa é que a França, assim como o Rio de Janeiro não possuíam uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que representasse um órgão de excelência em prol da integração das demais atividades e do desenvolvimento de pesquisas científicas. Paula coloca que

A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras na URJ, instituída pela Lei nº 452 de 1937, sempre caracterizou-se pelo enfoque no ensino profissionalizante, sem o desenvolvimento de uma tradição em pesquisa na área de humanidades, não exercendo o papel de órgão integrador por excelência das atividades universitárias (idem, 2009, p. 74).

Esse caráter pragmático e profissionalizante da Universidade do Rio de Janeiro se explica também pelo fato de que a formação desta instituição partiu do agrupamento de estabelecimentos de ensino superior de cunho profissional já em funcionamento no Rio de Janeiro, dentre eles podemos citar: Faculdade de Medicina (criada em 1808), Escola Politécnica (1874) e a

Faculdade de Direito. Ribeiro entende que o ensino profissional não, necessariamente, se opõe ao conhecimento científico, já que o saber geral de alguma forma se torna prática dentro dos espaços de atividade humana, havendo, em alguns casos, a necessidade de treinamento que cabe à universidade possibilitar. No entanto, o autor esclarece que “tal treinamento só pode ser fecundamente proporcionado quando, ao lado das práticas, cultiva-se o saber geral em que se baseiam. E isto é o que justifica a existência de universidades, em vez de faculdades isoladas” (idem, 1978, p. 138).

Fávero, analisando os jornais da época e as Atas da Assembléia das Unidades que integravam a URJ, em 1920, verifica que a institucionalização dessa universidade parece ter ocorrido sem debates e com pouco entusiasmo e interesse. Não houve muita comemoração, sendo saudada por um pequeno grupo de pessoas que diretamente ou indiretamente estavam envolvidas no processo de sua criação. A autora apresenta algumas observações contidas no relatório do primeiro reitor da universidade, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que reforçam essa ideia. Vejamos:

Cumpre-nos oferecer à atenção do Governo o relatório do que mais importante ocorreu na Universidade do Rio de Janeiro, durante o ano de 1921, que acaba de findar. Ele será forçosamente sucinto, já porque a Universidade, criada pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, e regulada pelo regimento constante do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, é, por enquanto, lei vigente. Não errarei afirmando, pois, que a Universidade do Rio de Janeiro está apenas criada *in nomine*, e por esta circunstância se acha longe de satisfazer o *desideratum* do seu Regimento: estimular a cultura das ciências, estreitar, entre os professores, os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino (GALVÃO, apud, FÁVERO, 2000, p. 31-32).

Nota-se que o próprio reitor não confirma a efetivação de uma universidade de caráter científico, com preocupação em desenvolver atividades integradas ao ensino e pesquisa. Confirma-se, desta forma, que o que houve foi somente a junção de estabelecimentos de ensino superior isolados numa única instituição que passou a ser denominada universidade. “Nesta estrutura universitária, os órgãos com vitalidade própria e tradição acadêmica secular, são as faculdades ou escolas. A Universidade, em si, é uma abstração institucional apenas concretizada nos atos reitorais solenes de abertura e encerramento de cursos e nas reuniões de congregação” (RIBEIRO, 1978, p. 107).

O modelo alemão é apontado por Paula como o que mais se assemelha à concepção de universidade baseada na constituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão norteador que enfatiza a formação científica de caráter humanista e não pragmático. Ao contrário, ressalta “que no decreto que cria a Universidade do Rio de Janeiro a pesquisa sequer é vislumbrada. Não havia nenhuma preocupação com a atividade científica como atividade-fim da

universidade” (idem, 2002, p. 154). Assim, não é possível dizer que o modelo alemão influenciou a organização da Universidade do Rio de Janeiro, respondendo esta, às influências francesas. Paula (2009, p. 76) ainda comenta que “estando muito próxima do Estado e mantendo com ele uma relação de cumplicidade”, se verifica que, assim como na França, a URJ também se voltava muito mais para os problemas econômicos, políticos e sociais do que para a construção do conhecimento científico.

A universidade no período do Manifesto dos Pioneiros

Azevedo (1976) aponta que a partir da reforma de 1928 constituída sob o decreto nº 3.281 de 23 de janeiro, se deu início a uma nova fase da educação nacional. Além das idéias renovadoras, o autor afirma que “nenhuma outra, de fato, até 1930, imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, nem levou mais em conta, no conjunto como nos seus detalhes, a função social da escola” e segue dizendo da mesma forma que “nenhuma outra atendeu mais ao enriquecimento interno da escola e ao alargamento de seu raio de ação, nenhuma outra procurou articular mais estreitamente as atividades escolares com a família, com os meios profissionais interessados [...]” (p. 164). Com a reforma de 1928, foram atribuídos novos fins ao sistema educacional, tanto em aspectos nacionais, como sociais e democráticos. Houve a preocupação em adotar técnicas e processos variáveis que respondessem aos objetivos almejados e que fornecessem “às escolas de todos os graus e tipos uma base concreta, de serviços técnicos e administrativos, para uma educação mais eficiente e que realmente se estendesse a todos” (idem, p. 164). Essa reforma teve influência do pensamento de John Dewey que abordava uma concepção democrática baseada no respeito da pessoa humana e na pretensão de alcançar uma *educação universal*.

Silveira (1984) também observa que a partir de 1930 ocorre uma renovação das idéias educacionais no Brasil baseada “na democratização e socialização do ensino e da educação; e a sociedade assim renovada toma cada vez mais consciência das deficiências dessa educação” (idem, p. 64). Dessa forma, em 1931, é publicada no Diário Oficial de 15 de abril deste ano, a etapa da reforma para o ensino superior Francisco Campos, sob o Decreto nº 19.851 de 11 de abril. Esse projeto é apresentado em três partes: a primeira diz respeito aos Estatutos das Universidades Brasileiras; a segunda implica na reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e de todo o ensino superior da República; e a terceira corresponde à criação do Conselho Nacional de Educação e define suas atribuições. O autor aponta a influência alemã e americana

nesse projeto e ressalta que o mesmo serviu de base para as reformas que aconteceram posteriormente.

Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tratava dos problemas educacionais no Brasil, ressaltando a importância da educação para o país; “prendia-se a uma filosofia social-radical e teve grande influência na renovação das idéias ligadas à educação” (SILVEIRA, 1984, p. 67). Fernando de Azevedo que foi um dos signatários do manifesto apresenta o quadro educacional do Brasil até então, da seguinte forma:

A nossa educação, estranha às realidades nacionais e tradicionalmente baseada no humanismo, correspondia à política educativa do Império, em que, emperrada na escola secundária, de tipo clássico, estritamente literário, o problema da educação nacional, nos seus dois aspectos fundamentais, das universidades e da educação popular, nunca se desprende de aspirações e fórmulas vagas (AZEVEDO, et al, 2010, p. 20).

A escola secundária era procurada pelos jovens da camada média como um *alvo meramente instrumental*, um degrau requisitado para ingressar nos cursos profissionalizantes das escolas superiores. Tanto o ensino secundário, como o superior ficavam restritos a uma formação de caráter utilitário.

Cunha diz que foi fundamentando-se no pensamento de Leon Bérard (1923) que Fernando de Azevedo via como principal objetivo do ensino secundário possibilitar ao sujeito uma formação geral sólida através de um conteúdo *desinteressado*. Isso não significa que não pensava também na necessidade de adaptação ao trabalho, mas ressaltava que essa formação não precisaria ser *imediatamente profissional*, podendo, no entanto, contribuir para a inserção do homem às demandas industriais.

Quanto ao ensino superior, a proposta de Fernando de Azevedo é a de que esse nível estaria articulado ao secundário por duas vias: a primeira diz respeito à formação da cultura geral e da disciplina intelectual no ensino secundário como essenciais para o ingresso no ensino superior. A outra via implica na formação de professores para o ensino secundário, em escolas de nível superior, condição indispensável para que fosse possível o cumprimento da primeira via. “Mas o ensino superior imaginado por Fernando de Azevedo seria muito diferente daquele que existia no Brasil, em meados da década de 1920” (CUNHA, 2007, p. 232).

O Manifesto foi lançado por vinte e seis educadores brasileiros, dentre eles, além de Fernando de Azevedo, também contribuíram com ideias de renovação educacional Afrânio Peixoto, Anísio Spinola Teixeira, Cecília Meireles, entre outros. A proposta do Manifesto previa a “transformação da educação pública em todos os seus graus, tanto à luz do novo conceito de

educação, como à vista das necessidades nacionais” (AZEVEDO, et al, 2010, p. 51). Enfatizou-se a articulação entre todos os níveis, da escola primária (maternal e jardim), à escola secundária de educação *profissional* (manual ou mecânica) e de *educação humanística ou científica* (com predominância intelectual). O objetivo era fazer com que o ensino secundário deixasse de ser um processo rígido “para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade de grupos sociais” (idem, p. 52). Em relação às universidades, o Manifesto previa que “ao lado das escolas destinadas ao preparo para as profissões chamadas *liberais*, se devem introduzir, no sistema, as escolas de cultura especializada, para as profissões industriais e mercantis, propulsoras de nossa riqueza econômica e industrial” (idem, p. 52). É possível perceber aqui, a preocupação em articular a educação também às necessidades econômicas do país referentes às demandas de mercado existentes na época. Entretanto, Azevedo (et al, 2010) assegura que:

[...] Esse princípio, dilatando o campo das universidades, para adaptá-las à variedade e às necessidades dos grupos sociais, tão longe está de lhes restringir a função cultural que tende a elevar constantemente as escolas de formação profissional, achegando-as suas próprias fontes e agrupando-as em torno dos grandes núcleos de criação livre, de pesquisa científica e de cultura desinteressada (idem, p. 52).

Assim, a universidade seria responsável tanto pela formação geral como pela preparação do sujeito de maneira que respondesse às necessidades emergentes do desenvolvimento econômico. “A educação superior ou universitária [...], deve tender, de fato, não somente à educação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos” (idem, p. 55-56). Levando em consideração essa nova política educacional, foi elaborado o *Esboço de um programa educacional extraído do manifesto* que, no que diz respeito à universidade, prevê a criação e organização desta instituição de tal maneira que atenda a *tríplice função*: ensino, pesquisa e extensão. Vejamos as funções que são apresentadas como essenciais:

a pesquisa científica e a cultura livre e desinteressada;
 a formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino);
 a formação de profissionais em todas as profissões de base científica;
 a vulgarização ou popularização científica, literária e artística por todos os meios de extensão universitária (AZEVEDO, et al, 2010, p. 123-124).

Foi em meio a essas idéias traduzidas pelo Manifesto que a universidade de São Paulo foi criada sob o Decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934 conforme consta no Art 1º “Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade de São Paulo” a qual ficam destinadas as seguintes finalidades:

promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (DECRETO 6.283/34, Art. 2º).

Nota-se que as finalidades da Universidade de São Paulo presentes no decreto tiveram fundamentação no esboço extraído do manifesto que apresenta uma nova concepção de universidade. Vale lembrar que alguns dos signatários do manifesto “foram os idealizadores e fundadores da Universidade de S. Paulo” (SILVEIRA, 1984, p. 68).

Paula aponta que a Universidade de São Paulo sofreu influências tanto francesa como alemã. Sua origem ocorreu em conjunto com a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, enfatizando não somente o ensino, mas também a pesquisa. Assim como o modelo alemão, buscava a autonomia intelectual diante da Igreja e do Estado. Paula acentua algumas divergências entre as concepções alemã e francesa de universidade. Em suas palavras:

O modelo alemão enfatiza a importância da pesquisa na universidade, e mais do que isto, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação; ao passo que, no modelo francês, a pesquisa não é tarefa primordial da universidade, havendo dissociação entre universidades, que se dedicam fundamentalmente ao ensino, e “grandes escolas”, voltadas para a pesquisa e a formação profissional de alto nível. Enquanto o modelo francês volta-se para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas; o alemão enfatiza a formação geral, científica e humanista, com enfoque na totalidade e universalidade do saber e na conseqüente importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão central da universidade. Enquanto a universidade francesa, desde Napoleão, é mantida e dirigida pelo Estado, tornado-se uma espécie de aparelho ideológico deste, com pequena autonomia frente aos poderes políticos; a universidade alemã, embora sendo instituição do Estado, por ele mantida financeiramente, conservou uma parte notável do seu caráter corporativo e deliberativo, gozando de liberdade de ensino e de pesquisa, nas suas primeiras décadas de funcionamento, no século XIX. Enquanto a *intelligentzia* francesa possuía forte vínculo com o Estado e com a política napoleônica, os intelectuais alemães mantinham uma posição de maior independência frente aos poderes políticos instituídos (idem, 2009, p. 75-76).

Percebe-se que em muitas questões a concepção francesa chega a ser o oposto dos princípios alemães. No modelo alemão de universidade, assim como em São Paulo, a pesquisa foi vista como uma das atividades principais, tanto que a constituição de uma Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras era entendida como o *coração da universidade*, órgão responsável por uma ciência livre e desinteressada. Paula encontra outras aproximações entre a concepção de universidade alemã e paulista. Dentre elas:

[...] Ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não-pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não imediata entre *intelligentzia* e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade (idem, 2002, p. 150-151)

É possível verificar que, nas duas concepções, a preocupação em desenvolver uma formação geral através de uma universidade que, apesar de ser mantida pelo Estado, buscou garantir sua autonomia. Entende-se que só assim a universidade tem condições de desempenhar plenamente seu papel, com liberdade de ensino e pesquisa.

Quanto à influência francesa na USP, Paula destaca a participação de professores de várias universidades da França no quadro docente da USP. Dentre eles: Roger Batiste, Claude Lèvi-Strauss, Paul Arbousse-Batiste, Fernand Braudel, entre outros. Esses docentes eram enviados por Georges Dumas que era professor de sociologia de Sorbonne e tinha como contato na França Júlio Mesquita Filho. A autora ressalta a importância dos professores franceses no processo de consolidação das Ciências Humanas na USP.

Algumas considerações

Verifica-se, através desse estudo, que o processo de construção do ensino superior brasileiro ocorreu em meios a várias tentativas, sendo que muitas delas sem sucesso. Entretanto, nota-se também que essas tentativas foram fundamentais para que o governo da União passasse a controlar a iniciativa de fundar a universidade e criar as condições para o surgimento desta instituição.

Foi possível perceber ainda, a forte influência de modelos estrangeiros, especialmente o francês e alemão na concepção de educação superior no Brasil até por volta da década de 30. Enquanto o primeiro apresentava uma concepção funcional de universidade, o segundo, por sua vez, visava a universidade como lócus da produção do conhecimento.

Ainda na década de 30, com o Manifesto dos Pioneiros, a educação como um todo passa por transformações que resultaram da influência do pensamento de John Dewey. Mais uma vez, o

Brasil segue padrões educacionais vindos de fora para estruturação e organização do ensino brasileiro. A universidade, então, passa a ser pensada de maneira que se torne mais eficiente e responda a questões econômicas, tendo como função, além da produção científica, também a formação de quadro profissional que atendessem as demandas vigentes na época. A partir daí o caráter pragmático de universidade passa a ficar cada vez mais evidente e presente também nas reformas que se deram posteriormente.

Referências

AZEVEDO, F. de [et al]. **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

_____. **A transmissão da cultura**: parte 3 da 5 ed da obra A cultura brasileira. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: da Colônia à Era Vargas. 3 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **Ensino Superior e Universidade no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DECRETO N. 6.283 DE 25 DE JANEIRO DE 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Disponível em <http://www.usp.br/leginf/criacao/decreto6283.htm>. Vários acessos.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.

_____. Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FGV/CPDOC. **Reformas Educacionais**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>. Acesso em: 15/10/19.

PAULA, M. de F. C. de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, out, 2002.

_____. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, Campinas: Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar, 2009.

REIS FILHO, Casemiro dos. Reforma universitária e ciclo básico: modelo viável. In: GARCIA, Walter E (org). **Educação brasileira contemporânea**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil Ltda, 1981.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Universidade, modernidade e pós-modernidade. In: FILHO, José Camilo dos Santos; MORAES, Silvia E (org). **Escola e universidade na pós-modernidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

SILVEIRA, M. J. A evolução da concepção de universidade no Brasil. In: TUBINO, M. J. G. [et al]. **A universidade ontem o hoje**. São Paulo: IBRASA, 1984.

Recebido em: 28/08/2019

Aceito em: 08/11/2019

Endereço para correspondência:

Nome Adrian Alvarez Estrada

email adrianalvarez.estrada@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

*